



SÍNODO
LISBOA 2016

**RELATÓRIO FINAL DO QUARTO
TRIMESTRE**

1. Constatações

1.1.Externas: olhar para o mundo

Embora a ideia da privatização da fé seja dominante, a sociedade espera da Igreja uma resposta às necessidades sociais que, mais do que como um peso, pode ser vista como uma oportunidade. No entanto, nota-se uma resistência de muitos ao conteúdo da fé e às suas implicações vivenciais. Nem todos convivem bem com um anúncio cristão mais apologético. Há a percepção de que o número de não crentes e não praticantes tem aumentado. Ainda assim, tem-se a noção de que o país é, na sua esmagadora maioria, de tradição católica. No entanto, o discurso público sobre a religião é já plural. Muitos, na mesma lógica, olham para as religiões como caminhos paralelos para o homem fazer a experiência de Deus.

A noção de que a fé se opõe à razão está ainda presente em muitos sectores, particularmente nas camadas mais jovens. A mentalidade positivista está muito disseminada.

A sociedade, por vezes, tem dificuldade em identificar os pobres, nos diferentes tipos de pobreza (nem sempre é claro que a pobreza pode não ser material). Embora se reconheçam na Igreja muitos casos de opção pelos pobres, a Igreja em si não é vista como uma instituição pobre. A maioria vê a globalização como uma realidade positiva, mas em muitos casos ela absorve a preocupação com a realidade local, de tal modo que o princípio de subsidiariedade, especialmente na atenção aos pobres, nem sempre é assimilado nem praticado.

O destino final dos bens, bem como sua justa e equitativa distribuição, é um tema pouco reflectido e compreendido, com poucas implicações práticas. No sistema económico vigente, enfatiza-se mais a produtividade e menos a pessoa a quem se dá emprego. Nem sempre o trabalho é visto como um direito. Em muitos lugares, o ambiente profissional é excessivamente competitivo e está desumanizado, sem que haja espaço quer para a caridade, quer para uma reflexão sobre a justiça que parta de Deus, tendo o lucro como força motriz. Pelo contrário, são também muitos os que consideram que as próprias empresas têm uma responsabilidade social ativa. No entanto, alguns casos de tentativa de redistribuição são vistos como mera esmola.

A este propósito, tem-se a percepção de que a perspectiva meramente financeira da realidade conduz a negligências no sector do ensino, da saúde e da prestação social.

Muitos consideram que a evolução rápida da sociedade não é acompanhada por uma reflexão crítica sobre a mesma.

Alguns entendem que há uma oposição maçónica à proposta do Evangelho, que conduz a uma ditadura ideológica.

Muitos entendem que a globalização está a prejudicar microculturas específicas.

Alguns entendem que o individualismo a que hoje assistimos é potenciado pelo mau uso da tecnologia.

Alguns referem que a consciência ecológica está mais enraizada na sociedade; por outro lado, também se refere que o cuidado com a casa comum é ainda insuficiente.

Verifica-se uma preocupação com aqueles que, sendo mais desfavorecidos, não se sentem confortáveis em recorrer a quem os possa ajudar. Alguns destes desconhecem a possibilidade de a Igreja os ajudar.

O sentimento de insegurança que os recentes atentados terroristas tem feito aumentar leva a que muitos se posicionem a favor de um fechamento de fronteiras nacionais.

1.2. Internas

Para muitos, não é claro que o cristianismo seja necessariamente uma experiência comunitária, por exigência do próprio *kerygma*. Há hoje uma vivência da fé que não é tão comunitária quanto pode parecer: muitos dos que vão à missa estão ao lado uns dos outros, mas não são uma comunidade. Por outro lado, temos testemunhos na Igreja de verdadeiro sentido de fraternidade, como algumas comunidades focolarinas ou neocatecumenais, que, por exemplo, vivem a partilha dos seus bens. Neste contexto, a crise económica que se atravessa tem sido também oportunidade para que muitos experimentem a vivência da generosidade, mesmo quando esta provém de outros irmãos também desfavorecidos. No entanto, muitos apenas se lembram da generosidade em determinadas épocas do ano, fazendo a sua opção pelos pobres meramente em atos isolados.

Não é sempre clara a distinção entre a dimensão comunitária da fé e as suas implicações sociais. Muitos agem como se fosse necessário um determinado nível de fé vivida comunitariamente para que ela possa passar a ter implicações sociais reais, ignorando que o levar à prática as implicações sociais da fé pode ser, por si mesmo, um mecanismo gerador de pertenças comunitárias (a este propósito, nota-se que tem diminuído nos últimos anos o sentido de pertença e, inversamente, têm-se multiplicado as pertenças parciais, o que nos faz pensar se hoje teremos condições para pedir aos cristãos uma pertença total). O individualismo que marca a sociedade está presente também no seio da Igreja, onde muitos julgam salvar-se sozinhos. Do mesmo modo, a dificuldade em aceitar e em lidar com a diversidade, sendo um fenómeno societário, é também uma realidade eclesial.

No entanto, também se tem em conta que a acção social vivida comunitariamente ganha uma eficácia maior a nível da motivação e da articulação de esforços, havendo consciência que a verdadeira caridade evangélica decorre do encontro pessoal e comunitário com Cristo. Muitos consideram, no mesmo sentido, que as suas comunidades incluem grupos e movimentos que se implicam verdadeiramente na acção social junto dos mais pobres, nomeadamente as Conferências de São Vicente de Paulo. Do mesmo modo, muito referem que o apoio do sacerdote é indispensável no compromisso das comunidades com os pobres. A este propósito, alguns consideram que os sacerdotes não vivem uma pobreza evangélica, estando por vezes instalados em mordomias, e que nem sempre cuidam da sua formação pessoal e caminho espiritual, o que reflete algum mundanismo no interior da Igreja. Alguns referem que vivemos uma crise na liderança cristã, que não é vivida segundo o modelo de Jesus, servo. Muitos vêem nos padres apenas profissionais, com relativamente

pouca confiança nos leigos, e a quem falta o testemunho de acolhimento, proximidade, paciência e mansidão.

À semelhança do que acontece na sociedade civil, também na Igreja há dificuldade em identificar os pobres, nos diferentes tipos de pobreza, e muitos se sentem bloqueados na aproximação aos mais pobres. Os centros sociais paroquiais são, nalguns casos, uma expressão autêntica da caridade da comunidade, mas noutros casos limitam-se a ser um prestação organizada de serviços, estando por vezes completamente desligados das comunidades respectivas, cuja dimensão caritativa é parcial, escassa ou mesmo inexistente. Em comunidades deste tipo, há frequentemente uma preocupação a nível institucional que não tem uma correspondente preocupação pessoal e comunitária. Com efeito, por vezes, esquece-se que há uma interpenetração entre fé e caridade. No mesmo sentido, observa-se que algumas comunidades vivem fechadas sobre si, tendo nomeadamente dificuldade no acolhimento de instituições sociais. Adicionalmente, também se refere que a motivação das ações de caridade são muitas vezes o tranquilizar da consciência. Muitos afirmam também que os cristãos vivem uma fé mais idealista do que realista, distanciados da sua concretude local.

Considera-se que as comunidades devem responder com mais urgência às famílias carenciadas (na consciência de que muitas delas se vêem em situação de carência por causa do desemprego), pessoas com doenças graves ou deficiências, e idosos que vivam isolados.

O apelo do Papa Francisco à pobreza da Igreja é ainda entendido, por muitos, apenas como chamamento à pobreza espiritual e não ao despojamento e a uma real renúncia dos bens materiais, por parte de cada um, ainda que não seja um convite à miséria. No entanto, pelo número decrescente de cristãos praticantes, tem-se a noção de que, num futuro não muito longínquo, a Igreja será forçosamente mais pobre. Muitos referem ainda que os cristãos dão tipicamente mais importância às suas necessidades particulares do que às necessidades alheias. Tanto nas dioceses, como nas paróquias e outras comunidades, considera-se que o património é mal gerido, e nem sempre se tem a noção do seu valor. Por outro lado, na atual conjectura política, muitos consideram que é a Igreja aquela quem concretiza mais iniciativas sociais.

Alguns referem uma inércia geral, radicada numa incapacidade de sair de zonas de conforto, em favor da luta pelo bem comum e pela dignidade humana. Outros referem a ansiedade que rapidamente nos invade quando faltam resultados imediatos, reveladora de pouca esperança. A dificuldade em encarnar a fé é ainda sentida, sendo também por isso necessária uma maior formação dos adultos.

A vida paroquial ativa sobrecarrega muitos cristãos, e frequentemente entra em conflito com a vida familiar e as respectivas responsabilidades. Por vezes, o excesso de atividade pastoral dificulta a vida cristã no que ela tem de essencial. No entanto, também há vivências dos sacramentos que não são acompanhadas da experiência do amor de Deus. Neste sentido, alguns referem que há uma escassez de espaços abertos onde possa acontecer um verdadeiro acolhimento no seio das comunidades. Com efeito, é referido que em muitas paróquias os paroquianos não se conhecem (alguns propõem, para fazer face a esta situação, um levantamento da identidade e das

necessidades de cada um); e menciona-se também que nalgumas comunidades continua a existir aceção de pessoas. Por fim, refere-se também que, para muito cristãos, são raros os momentos de encontro com Jesus, no contexto de uma relação pessoal.

O diálogo ecuménico e o diálogo inter-religioso são pouco considerados, uma vez que a expressão pública das outras confissões é relativamente pequena. No entanto, se isto é verdade a nível nacional, pode não o ser a nível local. Por vezes, no diálogo ecuménico e inter-religioso, optamos por uma posição defensiva, com medo de nos expormos, também por falta de formação. Institucionalmente, muitos referem que a Igreja tem mantido um diálogo aberto e frutuoso com a razão e com as ciências. Nalgumas comunidades, em sentido contrário, nota-se uma resistência ao diálogo com a ciência, decorrente de informação errada e insuficiente. No caso específico do judaísmo, a noção de que os judeus são como que irmãos mais velhos na fé tem crescido em algumas comunidades. Há a consciência de que o diálogo ecuménico e inter-religioso tem como critério o respeito pela dignidade da pessoa humana e da sua cultura.

2. Desafios (pelas três dimensões fundamentais da ação da Igreja)

2.1. Liturgia e Espiritualidade [Sacerdotal]

Tem-se como desafio desenvolver um correspondente, na Liturgia, da preocupação e das implicações sociais dos cristãos, uma vez que a partilha de bens que tem lugar na celebração é, para muitos, mera rotina. No mesmo sentido, é preciso que se alcance uma coerência entre a fé professada e a fé vivida, nomeadamente no que toca à prática da caridade; do mesmo modo, a oração e o perdão são meios de construção da paz que devem ser mais procurados, em contexto litúrgico e não litúrgico. Com efeito, muitos referem que o crescimento na vida de oração, na relação mais íntima e pessoal com a Palavra, e na vida sacramental é um desafio para os crentes.

Precisamos de avivar a dimensão espiritual da prática da caridade.

Muitos referem que precisamos de crescer no respeito pelo tempo e pelo espaço sagrados (na adequada utilização de telemóveis, na consciência da necessidade do silêncio, entre outros).

O conhecimento do verdadeiro significado dos sacramentos, sendo muitas vezes inexistente, deve ser fomentado.

A finalidade da música na Liturgia é algo que precisa de ser aprofundado; no mesmo sentido, tem-se como desafio um maior cuidado com a seleção, a preparação e a execução dos cânticos, bem como um purificar da atitude com que se canta, que não raras vezes leva a que o coro seja um grupo que está a atuar e não a participar.

Alguns referem que se deve caminhar no sentido de fazer da Eucaristia Dominical eminentemente um espaço de partilha.

Muitos refere que é necessário que os padres se dediquem mais à confissão e à direção espiritual, tornando-se deste modo mais próximos dos leigos.

2.2. *Kerygma* e Evangelização [Profético]

Fazer um anúncio explícito por meio do testemunho de vida, na consciência de que a fé impele a que a presença dos cristãos se faça notar a nível político, societário e profissional, procurando desenvolver uma cultura de ação em prol do bem comum. Fomentar a ideia de que não há um modelo ideal para o Reino de Deus, perguntando-nos se queremos verdadeiramente instaurar o Reino ou aumentar o número dos que pertencem fisicamente à Igreja (sem esquecer que a Igreja está sempre ao serviço do Reino).

Promover na catequese a dimensão do serviço, saindo do modelo exclusivamente lectivo. Se queremos fazer da catequese uma escola de relação com Jesus, ela tem de ensinar a reconhecer Jesus nos mais pobres. Do mesmo modo, é necessário que os catequistas ganhem a consciência do privilégio da sua missão e a procurem alargar para lá da catequese. Como desafio, alguns referem também a necessidade de criar na catequese uma cultura que valorize a vida, desde a concepção até à morte natural, e forme na responsabilidade social. A inovação nos métodos catequéticos e na estrutura segundo a qual a catequese está organizada, bem como a capacidade de chegar aos pais das crianças, são também desafios a que urge responder com criatividade. Para além disso, muitos afirmam que a catequese deve ter em conta o programa lectivo das escolas, procurando elucidar as dúvidas que se geram no confronto entre as formulações da fé e da razão.

Praticar um anúncio que se dirija não apenas a cada pessoa mas às estruturas ou instituições da sociedade, procurando a sua conversão e a busca da justiça social. Neste sentido, muitos referiram a necessidade de, nas comunidades, se poder estudar e conhecer mais aprofundadamente a doutrina social da Igreja. Num sentido mais geral, muitos sentem que a formação tanto do clero como dos leigos é algo onde se pode investir muito mais.

Embora o diálogo ecuménico e o diálogo inter-religioso tenham pouca expressão, como referíamos, é evidente a necessidade de uma cultura do diálogo que permita não só o entendimento pelas palavras, mas também a procura autêntica de incorporar em nós o modo de pensar daqueles com quem dialogamos. Não se deve esquecer que o diálogo é constituinte da fé da Igreja, uma vez que provém do reconhecimento da presença de Deus no outro.

No mesmo contexto, a presença de outras confissões cristãs que tipicamente recorrem à Bíblia com uma grande frequência constitui para as nossas comunidades um desafio, no sentido de se promover o conhecimento, a formação e a correta interpretação da Bíblia.

Alguns sentem como desafio a capacidade de divulgar o bem que vai sendo feito na comunidade, não como atitude de vaidade mas como forma de interpelar e de motivar o empenho de mais pessoas.

A promoção de debates e de sessões de esclarecimentos é algo em que se pode investir. Neste contexto, refere-se a necessidade de aprofundar temas na ordem do dia, como a eutanásia, o aborto, o valor da família, o matrimónio, a relação com a tecnologia, entre outros.

Muitos sentem que os cristãos devem ser mais corajosos no anúncio de Jesus Cristo, especificando as implicações sociais que o mesmo tem nos sistemas económicos e financeiros da atualidade, sabendo que esse anúncio se opõe frontalmente às injustiças sociais.

Muitos afirmam que é necessário tomar-se consciência de que acolher verdadeiramente alguém não é algo que possa acontecer apenas por meio das celebrações, das ações de formação, ou da equipa do cartório paroquial. Do mesmo modo, acolher é algo que não se confina apenas ao espaço paroquial, mas também na vizinhança ou no local de trabalho.

Refere-se do mesmo modo que, como desafio, se tem a necessidade de progredir na capacidade de discernir, encaminhar e orientar para o carisma adequado e para o grupo ou movimento eclesial que mais se harmoniza com cada pessoa que nos procura.

2.3. Diaconia e Serviço [Real]

Propor o serviço como atitude própria dos cristãos que levam a sério a sua fé, nas implicações sociais que tem, e, nomeadamente nas paróquias, procurar o envolvimento de todos nas estruturas de serviço já existentes. Consciencializar as comunidades de que o empenho pelo bem comum, que leva à paz e à justiça, é um dos primeiros serviços dos cristãos. No mesmo sentido, devemos promover um envolvimento real e pessoal com os que vivem algum tipo de pobreza, apelando para a disponibilidade dos cristãos em suspender as suas prioridades e ir ao encontro das situações concretas (locais) que encontram. Neste sentido, não é bom desculpar a inércia com a necessidade de olhar para o universal, mas deve procurar-se a capacidade de prescindir dos nossos bens para os dar a quem precisa. Devemos perguntar-nos se fazemos nossos os problemas dos pobres ou se nos habituamos à banalidade da pobreza, numa atitude comodista.

Refletir sobre a cooperação entre a Igreja e o Estado em matéria de acção social, para perceber qual o justo lugar de cada parte (por exemplo, deve a paróquia fazer as vezes da Segurança Social, e os cristãos as vezes dos assistentes sociais?).

Desenvolver um modo indutivo do agir pastoral, que tenha em conta a realidade a que se dirige e não queria apenas aplicar fórmulas. Sem esquecer que o ideal pode estimular os processos que queremos iniciar, devemos procurar pensar menos dedutivamente e procurar perceber que há uma realidade que informa a nossa maneira de pensar. Para evitar os dois excessos, devemos procurar sempre o discernimento.

Procurar, na acção pastoral, aceitar os conflitos, sem viver como se eles não existissem, por um lado, e sem nos envolvermos excessivamente a ponto de perdermos o horizonte. Na acção pastoral é ainda sentido que precisamos de estabelecer relações de cooperação e articulação de recursos e esforços com as autarquias, as assistentes sociais locais e as instituições civis de solidariedade que

atuam em cada lugar. Seria bom, como alguns referem, que se promovessem dias de trabalho e acção social comunitária.

Estimular a noção de vida familiar, na consciência de que a família é a base para a construção da sociedade. Neste sentido, muitos referem a importância de fazer da família, nomeadamente do casal, o sujeito da evangelização e do compromisso com os pobres. A este propósito, alguns recordam que a educação para a interculturalidade, com o diálogo que implica, deve começar em casa, junto da família. Além disso, alguns referem que é necessário formar as famílias para que saibam fazer face à ditadura ideológica que hoje em dia se dissemina.

A começar pelas suas próprias instituições, a Igreja deve ser um factor de promoção da justiça social que se revela no direito ao trabalho com salário justo, acesso à habitação, saúde e segurança social, a fim de que muitos possam ser ajudados a reconstruir as suas vidas. Os migrantes e os sem pátria devem ser especialmente acolhidos e coadjuvados neste domínio. Foi dada a ideia de se criarem, sob a responsabilidade das comunidades cristãs, gabinetes multidisciplinares que possam ajudar os mais pobres a resolver assuntos de ordem jurídica, psicológica, financeira, social, entre outros.

Pede-se a promoção de um “encontro social diocesano”, para reflexão e partilha de experiências relativas à acção social na Igreja de Lisboa.

Refere-se também a necessidade de aumentar a quantidade de visitas domiciliárias por parte dos cristãos àqueles necessitados que têm perto de si.

O serviço que os centros paroquiais levam a cabo não se deve limitar a uma assistência alimentar mas implicar o envolvimento pessoal de escuta e conversa com quem a eles recorre. Muitos sentem que os centros paroquiais nem sempre têm um espírito autenticamente cristão.

Sente-se que se deve crescer na capacidade de reconhecer a riqueza que os pobres, pela interpelação que geram, constituem para a paróquia.

Alguns referem que é necessário que se empreenda, nas comunidades cristãs, uma identificação tão clara quanto possível das reais carências daqueles que nos rodeiam, a fim de crescer na capacidade de responder cada vez mais à raiz dos problemas e não apenas aos seus sintomas.

Muitos falam no desafio que sentem em serem capazes de conhecer as Igrejas de outras confissões cristãs que estão no mesmo território, bem como de promover orações conjuntas. Este repto estende-se às outras religiões, nomeadamente ao judaísmo e ao islão, que alguns referem que são as confissões para que olhamos com mais desconfiança. A firmeza das convicções pessoais no diálogo ecuménico é algo referido por muitos.

3. Formas de ensaio

Foi relatado que uma paróquia passou a fazer evangelização porta-a-porta uma vez por mês. Noutra comunidade, criou-se um espaço de acolhimento para crentes e não crentes. Criou-se, ainda

noutra comunidade, um grupo cuja responsabilidade é identificar os casos de necessidade no território da paróquia.